

**CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DE PROCEDIMENTOS, AÇÕES DE
OUTORGA E AÇÕES REGULADORAS - CTPOAR
ATA DA 65ª REUNIÃO**

Data: 05 e 06 de agosto de 2008

Local: Sala Câmara Técnica, Ed. Marie Prendi Cruz, Brasília-DF.

REPRESENTANTES:

- Ministério da Integração Nacional: Stanley Rodrigues Bastos (stanley.bastos@integracao.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente – ANA: Leonardo Mitre (mitre@ana.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente - SRHU: Leonardo Lima (leonardo.lima@mma.gov.br)
- Ministério das Minas e Energia: Andréa Figueiredo (andrea@mme.gov.br)
- Conselhos Estaduais - MG/ES: Flávia Pitanga Salim (flaviasalim@hotmail.com)
- Conselhos Estaduais - SP/RJ: Leila de Carvalho Gomes (lgomes@sp.gov.br)
- Conselhos Estaduais - CE/BA: ausente
- Conselhos Estaduais - PB/PE: Simone Rosa da Silva (simone.rosa@srh.pe.gov.br)
- Conselhos Estaduais - RN/AL: Vera Lúcia Lopes de Castro (veracastro@intergato.com.br)
- Conselhos Estaduais - PI/SE: João Carlos Santos da Rocha (joaocarlos.rocha@semarh.se.gov.br)
- Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Oscar Brás Pion (pion@emae.sp.gov.br)
- Irrigantes: Nelson Ananias Filho (nelson.filho@cna.org.br)
- Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: Erivelto Luiz Silveira (eriveltols@sanepar.com.br)
- Indústria: Patrícia Boson (tita@uaigiga.com.br)
- Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: João Carlos de Freitas Silva (bpg-pgr@daee.sp.gov.br)
- Organizações não Governamentais: Cláudio Bedran (contato@planetaverde.org.br)
- Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa: Carlos Eduardo Curi Gallego (curigallego@yahoo.com.br)

DEMAIS PRESENTES:

- Anastácio Afonso Juras (ELETRONORTE) – juras@eln.gov.br
- Carlos Alberto Martins (CERH / RN) - cmartins.a@gmail.com
- Carolino Augusto Cepeda (MME) – carolino.cepede@mme.gov.br
- Célia Regina Buono Palis Poeta (SMA / SP) - celiap@cetesbnet.sp.gov.br
- César Augusto Paulino Grandchamp (Indústrias) – cesar.grandchamp@vale.com
- Cláudia Ferreira Lima (MMA / SRHU) - claudia.lima@mma.gov.br
- Daniel Depolo – (FONASC)
- Dorothy Carmem P. Casarini (CETESB / SP) – dorothyc@cetesbnet.sp.gov.br
- Diógenes Mortari (ADASA/DF) – diogenes_mortari@yahoo.com.br
- Elza de Abreu Costa (Prestadoras) elza.abreu@cesan.com.br
- Emanuel Teixeira de Queiroz (DNPM) - emanuel.queiroz@dnpm.gov.br
- Emílio Carlos Prandi (Comitês) – bpr@daee.sp.gov.br

- 51 - Emmanuel Tobias (MTransportes) – emmanuel.tobias@transportes.gov.br
- 52 - Everton Luiz da Costa Souza (OTEPs) - veto@suderhsa.pr.gov.br
- 53 - Filipe Lima Dorwelas (IGAM / MG) – filipedorwelas@yahoo.com.br
- 54 - Flávio Soares do Nascimento (MMA / ANA) – flavio.nascimento@ana.gov.br
- 55 - Fred Prado (Mtransportes) – fred.crauford@transportes.gov.br
- 56 - Gerônimo Rocha (CERH / SP) - geroncio@ambiente.sp.gov.br
- 57 - Laestaniula Sousa da Silva - (MMA / SRHU) – laestaniula.silva@mma.gov.br
- 58 - Lílian Barrella Peres (CETESB / SP) – lilianp@cetesbnet.sp.gov.br
- 59 - Lisiane Becker (ONGs) – miraserra@miraserra.org.br
- 60 - Luis Altívio Carvalho Alvim (CETESP / SP) – luisca@cetesbnet.sp.gov.br
- 61 - Luiz Cláudio Figueiredo (INDÚSTRIAS) – luiz.castro.figueiredo@vale.com
- 62 - Luiz Gustavo Evelyn (MDefesa) – adj3@hotmail.eb.mil.br (conselheiro)
- 63 - Marcelo Eustáquio de Carvalho (MIn) – marcelo.carvalho@integracao.gov.br
- 64 - Maricene M. O. M. Paixão (CERH / MG) – outorga.subt@meioambiente.mg.gov.br
- 65 - Marília de Melo (IGAM / MG) – marilia.melo@meioambiente.mg.gov.br
- 66 - Martinho C. V. dos Santos (MTransp.) – martinho@transportes.gov.br (conselheiro)
- 67 - Moara Silva Norasche (ELETROBRÁS) – moara.morasche@eletrobras.com
- 68 - Nédio Carlos Pinheiro (CERH / MT) – nedio@terra.com.br
- 69 - Roberto Alves Monteiro (SRHU/MMA) – roberto.monteiro@mma.gov.br
- 70 - Sebastião Vainer Bosquilia (CBH-PCJ) – sbosquilia@sp.gov.br
- 71 - Waldir Duarte Costa (CERH / PE) – wdcosta@ibest.com.br
- 72 - Wilson A. Bonança (Irrigantes) - wbonanca@srjundiai.com.br

74 **RELATORIA CTPOAR:**

75 Raquel Scalia Alves Ferreira (SRHU/MMA) - raquel.scalia@cnrh-srh.gov.br

77 **ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

78 Às 09h55 do dia 05 de agosto do ano de dois mil e oito, sob a presidência da Sra. Leila
79 de Carvalho Gomes (CERH/SP), procedeu-se à abertura da 65ª Reunião da Câmara
80 Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras -
81 CTPOAR, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH. [Item 2 – Aprovação da](#)
82 [Ata da 64ª reunião da CTPOAR](#). A ata foi aprovada com alterações. Nesse momento,
83 foi invertida a pauta, passando-se para o item 4. [Item 4 - Análise da recomendação](#)
84 [colocada no Acórdão nº 1.034/2008-P, referente a possibilidade de estender a outorga](#)
85 [de direitos de usos dos recursos hídricos ao transporte hidroviário interior, de modo a](#)
86 [preservar os usos múltiplos, garantir o uso das vias navegáveis pelo setor de transporte e](#)
87 [assegurar o controle qualitativo e quantitativo dos usos da água](#). Foi cedida a palavra
88 para o **Sr. Marcelo (TCU)** que agradeceu a oportunidade e teceu esclarecimento sobre
89 o Acórdão, principalmente quanto ao item 9.3 que recomenda ao CNRH, como órgão
90 superior do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), nos
91 termos do art. 250, III, do RI/TCU, que, em conjunto com a Agência Nacional de Águas
92 e o Ministério dos Transportes, estude a possibilidade de estender a outorga de direito
93 de uso dos recursos hídricos ao transporte hidroviário interior, de modo a preservar os
94 usos múltiplos, garantir o uso das vias navegáveis pelo setor de transporte e assegurar o
95 controle qualitativo e quantitativo dos usos da água. Ressaltou a existência de diversos
96 usuários na bacia e por isso a necessidade de definição de uma regulamentação para
97 navegação interior, a partir da outorga de direito de uso de recursos hídricos para esse
98 usuário, por ser notório os impactos dos demais usuários sobre este, bem como as
99 interferências deste no rio. Destacou a iniciativa do setor de transporte para melhorar tal
100 situação, a partir do novo plano setorial. Comentou sobre o histórico do setor energético

que se organizou, obtendo uma estrutura, na busca de seus objetivos e que o setor de transporte, nesse momento, estaria resgatando e reformulando a sua matriz, aumentando a parcela de participação do setor hidroviário, devendo ser uma das garantias de tal fato a outorga que também preveniria conflitos e facilitaria o alcance dos objetivos dos usos múltiplos. Esclareceu que o TCU não entra nos aspectos técnicos e nas peculiaridades, mas coloca-se a disposição para auxiliar na regulação. A **Sra. Leila Gomes (CERH/SP)** esclareceu que qualquer interferência no rio estaria sujeita a outorga, tal qual as hidrovias, a partir das obras necessárias para sua existência e manutenção, como barragens e derrocamentos, e o que mais valeria para a rotina de navegação seria a regra operativa que pode ser melhorada, principalmente quanto a inter-relação que deveria existir entre o Plano Nacional de Recursos Hídricos, os Planos de Bacias e o Plano Nacional de Navegação, pois nestes estariam identificadas as vazões e os trechos de rios a serem garantidos para essa atividade, pois não seria um ato de outorga individual que garantiria a navegação. O **Sr. Marcelo (TCU)** comentou sobre a hidrovia existente em São Paulo que trata o assunto de uma forma pró-ativa que resulta em um desenvolvimento regional, sendo criada uma estrutura de trabalho integrado a outros usos, podendo ser utilizada como modelo. O **Sr. João Clímaco (ONGs)** questionou sobre as demais recomendações existentes no Acórdão, principalmente quanto as Eclusas, a saber, que na CTAP existiria um GT específico para o assunto. A **Sra. Raquel Scalia (MMA/SRHU)** esclareceu que a Secretaria Executiva do CNRH já havia diagnosticado a necessidade desse Acórdão também ser conhecido pela CTAP. O **Sr. Roberto Monteiro (MMA/SRHU)** comentou que as eclusas seriam uma questão de obra de engenharia menor, sendo o estabelecimento de vazão mínima, mais importante, o que perpassaria por um pacto entre os usuários da bacia, devendo o calado mínimo estar especificado no Plano, bem como, a economicidade da atividade. A **Sra. Leila Gomes (CERH/SP)** ratificou que não seria um ato de outorga que especificaria as novas hidrovias e sim o planejamento, que apontaria as futuras hidrovias. O **Sr. Fred Prado (MTransportes)** defendeu a necessidade de planejamento integrado, sendo a melhor maneira de utilizar o curso de água. O **Sr. Marcelo (MTransportes)** disse que neste governo estaria havendo uma sinergia na visão da administração pública e sendo retomada a função de planejamento adiante do PNLT para empreendimentos importantes para o Brasil. Tal fato, atrairam empreendedores que tiveram limitações em seus países, que começaram a expandir suas atividades além de suas fronteiras, buscando o Brasil. Disse que o TCU estaria colaborando, juntamente com o Ministério do Planejamento, para o respeito ao Código de Águas e para evolução do país, onde seu eixo de desenvolvimento estaria sendo deslocado para o Norte, abrindo uma nova perspectiva de escoamento de produção, que coincidiria com as hidrovias do Tocantins e Teles Pires, mas para sua efetivação haveria necessidade de eclusas. Informou que esta tendência de fluxo não caberia caso o transporte fosse rodoviário. Sugeriu que as eclusas tivessem seus custos repartidos o que se ganharia em economia de escala, devendo o projeto ser elaborado na mesma oportunidade da barragem, criando-se uma matriz limpa, de energia e transporte. Mencionou o aspecto imediato que a efetivação das hidrovias possuem quando comparadas com a construção de usinas hidrelétricas. Ratificou a necessidade de um diálogo aberto, para a busca de um resultado prático. Também sugeriu uma revisão da Resolução CNRH nº 37, de 2004, na busca de uma redação mais adequada para esses empreendimentos. Colocou-se a disposição e elogiou o processo de construção do PNLT quando aplicado para o tamanho do Brasil e disse que os investimentos em transporte não poderiam perder o compasso. Concluindo disse que o setor energético seria mais visível que o setor de transporte e que deveriam caminhar juntos, respeitando as prioridades, para tanto necessitando de contribuições no

151 atual momento. A **Sra. Leila Gomes (CERH/SP)** disse serem importantes os aspectos
152 apontados que revelariam a necessidade de garantia da vazão para operação dessas
153 hidrovias, para tanto devendo constar nos Planos, e não somente calçadas num limitado
154 ato de outorga. O **Sr. Leonardo Mitre (MMA/ANA)** disse que o entendimento da
155 ANA iria ao encontro da Lei nº 9.433, de 1997, dentro dos usos sujeitos a outorga e que
156 a hidrovia estaria contemplada nos outros usos que alteram os recursos hídricos.
157 Mencionou que a outorga não seria para a embarcação e sim para a interferência do
158 setor nos recursos hídricos ou junto aos outros usuários, sendo que as ações que mais
159 interfeririam nos recursos hídricos para a implementação da hidrovia, estariam sujeitas a
160 autorização, como as barragens, eclusas e derrocamentos. Disse que quando da
161 publicação de uma Reserva de Disponibilidade Hídrica - DRH em um curso navegável
162 seria feita consulta ao Ministério dos Transportes. Comentou sobre a necessidade
163 informação referente a vazão mínima para a definição e manutenção de calado, devendo
164 o Ministério do Transporte repassar tal informação, pois isso interferiria nas outorgas
165 dos outros usuários da bacia, portanto essa informação deveria estar nos Planos. O **Sr.**
166 **Martinho dos Santos (MTransporte)** ratificou a necessidade de planejamento integral,
167 para tanto sendo necessário que cada setor apresentasse seus pleitos, para posterior
168 integração. Comentou sobre a manutenção das vazões correntes para as hidrovias. A
169 **Sra. Andréa Figueiredo (MME)** mencionou a importância do planejamento integrado,
170 que também deveriam estar nos Planos de Recursos Hídricos, incluindo os planos de
171 bacias que seriam mais detalhados, alcançando informações a nível de projetos de
172 engenharia. Disse que a ação da ANA em consultar o Ministério do Transporte seria
173 válida por ser uma questão da União e de respeito aos usos múltiplos. O **Sr. Marcelo**
174 **(MTransportes)** comentou sobre as questões geográficas que envolveriam a temática e
175 que tal situação teria sido renegada a segundo plano, pois o país apresentava
176 investimentos para as rodovias, mas que atualmente precisariam ser equacionadas as
177 várias modalidades de transporte, otimizando o setor. O **Sr. Fred Prado**
178 **(MTransportes)** disse que o setor não alteraria a vazão não devendo a outorga para
179 navegação estar pautada por esse aspecto, mas sim pela influência que os outros
180 usuários possuem em relação a manutenção do calado mínimo e que deveria ser
181 observado o Código de Águas. Quanto as eclusas, falou que o ideal seria o
182 planejamento integrado e ser fomentado a oportunidade da sociedade junto aos atos
183 decididos, como a geração de energia em detrimento da navegação. O **Sr. Cláudio**
184 **Bedran (ONGs)** disse que o barramento de um rio envolveria outros usuários além da
185 navegação de grande porte, quais sejam, o turismo e a navegação de pequeno porte.
186 Complementou dizendo que os custos das eclusas deveriam ser repartidos com a União.
187 O **Sr. Leonardo Mitre (ANA)** acenou ser favorável ao planejamento integrado, mas
188 que o ponto principal colocado nesta discussão seria a viabilidade de ser ter outorga ou
189 não. Ressaltou que o ponto de divergência observado seria a demanda de uma vazão
190 assegurada para a navegação, que pelo Ministério dos Transportes não existiria. O **Sr.**
191 **Diógenes Mortari (ADASA)** disse que na época da elaboração da Resolução CNRH nº
192 37, de 2004, houveram questionamentos quanto a outorga para hidrovias, mas que não
193 foi obtido êxito para tanto, contudo conseguiu-se a manifestação setorial, ficando essa
194 discussão sempre em aberto, mas que talvez o ideal fosse reescrever alguns artigos da
195 resolução citada, para melhorar o entendimento da questão. A **Sra Leila Gomes**
196 **(CERH/SP)** dando encaminhamento a matéria, acordou com a CTPOAR o envio de um
197 Ofício ao TCU, com cópia para as partes citadas no Acórdão, explicando que a
198 demanda apresentada pelo Setor de Transporte não seria atingida a partir da outorga de
199 direito de uso de recursos hídricos e sim nos Planos de Recursos Hídricos, onde
200 estariam citadas as restrições de uso, para se respeitar a navegação e que na próxima

reunião fosse revista a Resolução CNRH nº 37, de 2004, no que tange aos artigos referentes a operação de reservatórios. O **Sr. Carolino Cepeda (MME)** disse ser interessante que todos os usuários tivessem seus planos e que estes fossem tratados de forma integrada. Sugeriu que fosse criado um instrumento para o exercício de condicionantes setoriais. O **Sr. João Clímaco (ONGs)** solicitou esclarecimentos quanto a interação dos Planos Estratégicos de Bacia e o Plano Nacional de Recursos Hídricos e os Planos de Bacia, haja vista que os planos estratégicos não estariam citados na Lei nº 9.433, de 1997. [Item 3 - Análise da metodologia para discussão da proposta de Resolução que estabelece diretrizes gerais para a definição de vazões mínimas.](#) Nesse momento a **Sra. Leila Gomes (CERH/SP)** passou a palavra diretamente para o Sr. Diógenes Mortari (ADASA) para a apresentação de suas contribuições e reflexões sobre o texto da proposta de resolução. O **Sr. Diógenes Mortari (ADASA)** comentou sobre as discussões já existentes sobre a temática, desde a década de 90 e destacou algumas metodologias adotadas. Mencionou que os órgãos de recursos hídricos trabalhariam com hidrogramas e que observavam as vazões mínimas, mas que o interessante seria obedecer o hidrograma natural com as suas respectivas flutuações e para modificá-lo seriam necessários estudos sobre a ecologia do local que auxiliaria no cálculo da vazão ecológica ajudando no cálculo da vazão mínima. Disse da dificuldade de se homogenizar os procedimentos, haja vista, as peculiaridades de cada bacia e curso de água. Concluiu dizendo ser uma discussão complexa. O **Sr. Cláudio Bedran (ONGs)** manifestou-se para que fosse adotado somente o nome de vazão ecológica, o que evitaria confusões de conceitos. A **Sra. Leila Gomes (CERH/SP)** explicou ser inaplicável a sugestão, haja vista a restrição que compreenderia a vazão mínima, utilizada pelos órgãos gestores diferente da vazão ecológica e os seus usos no cálculo das outorgas. A **Sra. Andréa Figueiredo (MME)** disse que não existiria a definição de uma vazão ecológica, haja vista o caráter integrado que essa definição carrega no âmbito da área ambiental e que não haveria amadurecimento científico para tal, mas sendo fundamental que fosse buscado. Sugeriu que, pelas experiências existentes, a definição deveria traduzir a manutenção do ecossistema local. Acenou que o setor elétrico seria muito afeto ao tema e que existiram iniciativas no setor, assim citou a Eletrobrás estaria trabalhando, num debate interno e também com o MMA/SRHU. O **Sr. Anastácio Juras (Eletronorte)** teceu comentários sobre a ousadia da definição desse tema, bem como das dificuldades por envolver a biologia e os seres humanos que compõem o meio ambiente não sendo compartimentados, necessitando de paciência para alcançar alguma definição, que provavelmente mudará com o tempo, a partir de novos momentos e atores que estariam trabalhando com o hidrograma. Concluiu dizendo não ser possível alcançar definições. A **Sra. Moara Morasche (Eletrobrás)** disse que essa proposta poderia ser apresentada em aproximadamente 40 dias. O **Sr. Leonardo Mitre (MMA/ANA)** disse que em momento algum se pensou em escrever números ou critério único para a aplicação das definições em questão, assim estaria sendo imaginada numa proposta de resolução que teria um conceito geral, ou uma definição de vazão mínima e o que deveria ser avaliado para alcançar tal valor. O **Sr. Roberto Monteiro (MMA/SRHU)** disse que as definições dessas vazões deveriam ser analisadas conjuntamente, e numa análise simplista o meio ambiente seria um alocador de água, para os recursos hídricos, que deveria sempre observar as restrições de uso para atender a todos, portanto necessitando de pactuações e respeito as sazonalidades. Concluindo disse que se não fosse definida vazão ecológica, continuaria publicando-se as outorga até a vazão mínima, que também estaria dependendo de uma definição. A **Sra. Moara Morasche (Eletrobras)** disse que para se alcançar uma definição, deveria se ter uma noção de todos os campos, principalmente para a elaboração de um

251 hidrograma, que alocaria todos os usos, incluindo qualidade e aspectos sociais. A **Sra.**
252 **Célia Poeta (SMA/SP)** acenou quanto a importância da participação do IBAMA,
253 devendo este ser convidado, bem como as secretarias de meio ambiente estaduais,
254 diante da impossibilidade de se tratar o tema em separado. A **Sra. Andréa Figueiredo**
255 **(MME)** informou que o IBAMA não possui atualmente uma metodologia para
256 determinação da vazão ecológica e que esse parâmetro deveria estar integrado à vazão
257 mínima utilizado na outorga, sendo a ANA a instituição que estaria apresentando esse
258 valor de vazão. Disse que este valor deveria ser apresentado na RDH, para se evitar
259 atrasos nas implantações dos empreendimentos hidrelétricos, sendo esta a realidade
260 atual, haja vista as novas restrições colocadas após a RDH. O **Sr. Erivelton Silveira**
261 **(Prestadores)** comentou sobre a dinâmica dos conceitos e a dificuldade de suas
262 definições em uma das etapas do licenciamento, mas sendo necessária para os
263 empreendedores. Disse que o setor de saneamento dependeria destes valores e, portanto
264 estariam aguardando com ansiedade estas definições. O **Sr. João Carlos (CERH/SE)**
265 disse que os órgãos gestores precisariam dessas definições, necessitando do
266 envolvimento da academia com o tema. O **Sr. André Pol (MMA/SRHU)** comentou
267 sobre o esforço de se alcançar os parâmetros necessários para as definições, bem como
268 para a sistematização juntamente ao Plano Nacional de Recursos Hídricos e ao CNRH.
269 Disse não esperar o fechamento de uma Resolução, devido ao aspecto social, e, portanto
270 questionou até onde a sociedade arcaria com os custos. Falou sobre o aspecto integrador
271 que esta definição exigiria entre as políticas de recursos hídricos e meio ambiente,
272 cabendo ao setor recursos hídricos, que possui em sua política o indicativo da
273 integração, o convite para que o CONAMA participe dos debates. Ressaltou o
274 conhecimento acumulado que precisaria ser sistematizado, o que seria possível a partir
275 de oficinas. A **Sra. Leila Gomes (CERH/SP)** disse ter a impressão que essa definição e
276 integração seria mais fácil nos estados do que na União, portanto cogitou a idéia das
277 oficinas envolverem os órgãos estaduais. O **Sr. André Pol (MMA/SRHU)** discordou da
278 opinião, devido aos custos para a otimização desses encontros. Lembrou que no projeto
279 da SRHU o período destinado para conceituação seria de 6 meses. A **Sra. Leila Gomes**
280 **(CERH/SP)** sugeriu que os órgãos estaduais ambientais fossem convidados a participar
281 da próxima reunião da CTPOAR, onde existiria um dia somente para essa discussão,
282 ocasião que também seria convidada a CTCQA/CONAMA, para tanto não havendo
283 custos, o que foi ratificado por todos os membros da CTPOAR. O **Sr. Diógenes**
284 **Mortari (ADASA)** lembrou que quando da elaboração da Resolução CNRH nº 37, de
285 2004, havia a necessidade de definição de uma vazão para navegação, como não foi
286 alcançado esse critério, colocou-se no texto, a manifestação setorial, passando a
287 responsabilidade para quem seria de direito e na ausência da manifestação teriam que
288 aceitar o valor colocado pela autoridade outorgante. Comentaram sobre a avaliação
289 ambiental estratégica, que avaliaria individualmente um empreendimento e precisaria da
290 manifestação de todos os setores, para tanto chamaram a atenção para o cuidado que se
291 deveria ter com a definição para que não fique limitada a um setor usuário. O **Sr. João**
292 **Clímaco (ONGs)** falou sobre a dificuldade de se separar essas definições para o
293 ribeirão que não conseguiria distinguir essas águas, assim ressaltou o cuidado com a
294 linguagem a ser adotada, haja vista também a dificuldade de se contabilizar o serviço
295 ambiental e os usos econômicos, considerando as limitações que a população têm em
296 entender esses conceitos. O intervalo de almoço aconteceu entre 12h25 às 14h30
297 quando a reunião foi retomada com inversão da pauta. [Item 5 - Análise da proposta de](#)
298 [Resolução que estabelece diretrizes para a articulação entre o gerenciamento de recursos](#)
299 [hídricos e o gerenciamento costeiro, encaminhada pela Câmara Técnica do Plano](#)
300 [Nacional de Recursos Hídricos – CTPNRH.](#) A **Sra. Leila Gomes (CERH/SP)**

esclareceu que a análise seria sobre a proposta substitutiva apresentada pela CTPNRH, sendo que a proposta atual, não citaria o instrumento Outorga e sim o Plano. O **Sr. João Clímaco (ONGs)** disse que os instrumentos seriam tratados em separados e que neste momento seria primeiramente o plano, e a outorga, seria em outro momento. A **Sra. Rachel Landgraf (MMA/SRHU)** explicou que a proposta original teria sido encaminhada pelo Plenário para a CTPOAR e CTPNRH para o seu aprimoramento, contudo a proposta encaminhada pela CTPNRH estaria totalmente diferenciada da proposta original, acontecendo uma fuga do objetivo proposto. O **Sr. Leonardo Mitre (MMA/ANA)** comentou que o Conselho não iria indicar claramente quanto a necessidade de elaboração de um substitutivo, mas que entendia que um substitutivo, conforme apresentado pela CTPNRH, seria uma forma de aprimoramento. Afirmou que, pelo seu entendimento, a CTPOAR deveria acatar o substitutivo. A **Sra. Andréa Figueiredo (MME)** disse ter participado da elaboração da proposta substitutiva e que esta não apresentaria artigos referentes a outorga. A **Sra. Rachel Landgraf (MMA/SRHU)** ratificou que a proposta substitutiva não refletiria os objetivos da proposta elaborada pela CTCOST, trazendo outro conteúdo. O **Sr. Luiz Cláudio (Indústrias)** esclareceu que seria a CTCOST, diante de suas competências, a responsável em definir se caberia a aprovação desse substitutivo e sugeriu que no ofício resposta fosse feito um histórico dos acontecimentos. O **Sr. João Clímaco (ONGs)** disse ter sido surpreendido com a repercussão que teve o assunto, considerando o envolvimento dos técnicos e as horas de trabalho consumidas. Mencionou ser legítimo o processo, mas que deveria ser evitado o gasto de tempo, mostrou assim seu desapontamento. O **Sr. João Clímaco (ONGs)** disse que estaria com a impressão de que seria um espaço de defesa e não de construção e que a maioria das pessoas não teriam conhecimento desse propósito, revelando-se uma batalha de interesses que deveria ser explicitada para a população, até no sentido de refreá-la. Informou que iria investigar o jogo de interesse. Após as discussões, como encaminhamento a **Sra. Leila Gomes (CERH/SP)** acordou com os membros da CT que seria elaborado ofício contendo resposta ao Secretário Executivo do CNRH, iniciado por um histórico, onde seriam citados os acontecimentos, na sequência a justificativa pela não apreciação da matéria, devido ao substitutivo não apresentar tema que possui interface com as competências da CTPOAR, que aguardaria manifestação da CTCOST sobre o substitutivo e ainda colocando a CTPOAR a disposição para futuras análises, juntamente com a CTCOST. [Item 6 - Análise de encaminhamento do Ofício nº 090708.1, referente à adoção de procedimentos para uso dos recursos hídricos nos empreendimentos denominados PCHs.](#) Para introduzir o tema, foi passada a palavra para o **Sr. João Clímaco (ONGs)** que explicou o questionamento apresentado no documento diante da disseminação das PCHs no país, sendo que na soma desses empreendimentos o volume total de recursos hídricos se tornaria considerável, causando impactos, assim destacou empreendimentos localizados em SC, MG e MT. Comentou a dificuldade do tratamento caso a caso devido a ausência de comitês nessas localidades, para tanto estaria sugerindo um “ponto de partida” para evitar conflitos de uso, minimizando os problemas de especulação, contudo não estaria apresentando uma proposta, mas solicitando a sabedoria de todos e a responsabilidade pública dos membros dessa CT para a reflexão sobre esse “ponto de partida” que poderia ser a elaboração de uma proposta de deliberação, que evitaria comportamentos e tratamentos diferenciados nos estados. A **Sra. Leila Gomes (CERH/SP)** comentou sobre os planos setoriais e a limitação existente no instrumento outorga para a tratativa, e que para esse caso perceberia a falta de políticas setoriais e a integração destas. O **Sr. Leonardo Mitre (MMA/ANA)** disse que essa problemática não seria o instrumento outorga que

resolveria e sim diretrizes constantes nos planos e ponderou que algo que pudesse ser feito seria alguma modificação na Resolução CNRH nº 37, de 2004. A **Sra. Célia Poeta (SMA/SP)** comentou que não teria conseguido captar o problema e o desejo do conselheiro, mas que ratificava que as diretrizes deveriam estar no plano e as possibilidades de conflitos serem previstas na política setorial. Disse que os tipos de conflitos citados deveriam ser tratados, bem como estudados, no licenciamento ambiental e não na solicitação de outorga, estando contemplados dentro dos estudos de impactos ambientais, que também avaliam os conflitos. Comentou que na Licença Prévia - LP seriam observadas as alternativas do empreendimento, ocasião onde os conflitos poderiam ser vistos, e que se buscaria a alternativa de menor impacto. O **Sr. Cláudio Bedran (ONGs)** discordou e ponderou sobre a existência do instrumento de outorga que possibilitaria a minimização desses conflitos. A **Sra. Leila Gomes (CERH/SP)** esclareceu que a outorga seria somente uma alocação de água para diversos usos, sendo que prognóstico iria além da outorga. O **Sr. Roberto Monteiro (MMA/SRHU)** comentou que a problemática apresentada não seria resolvida nem com a outorga nem com o licenciamento e sim nos planos ou nas avaliações ambientais integradas, onde observar-se-ia o conjunto de usuários. Destacou que a outorga seria reducionista e que deveria ser realizado o planejamento, bem como o enquadramento. O **Sr. João Clímaco (ONGs)** disse que a intenção seria criar uma referência, principalmente para os estados omissos, e um esclarecimento entre planejamento e gestão e os respectivos instrumentos, sendo uma utilizada como subsídio para outra, quando da tomada de decisão. Ratificou que a outorga seria um instrumento de gestão, com competência legal para tanto, não havendo forma de separar as demandas dos conflitos. A **Sra. Andréa Figueiredo (MME)** disse que também estaria com dificuldade de entender a solicitação, mas que acreditava que poderia ser minimizado com o planejamento, no caso a nível de bacia, até que o plano estratégico contivesse esse caráter. A **Sra. Leila Gomes (CERH/SP)** destacou o envolvimento dos comitês, pois somente a outorga não garantiria a minimização dos conflitos. O **Sr. Carolino Cepeda (MME)** disse que estaria passando a impressão de que o setor elétrico teria perdido o controle do número de PCHs, mas não seria o caso, diante dos registros exigidos. O **Sr. João Clímaco (ONGs)** mencionou que existiria uma carência de dados no sentido de “cima para baixo”, mas que a intenção não seria vulgarizar e sim ter uma visão sistêmica, devido ao caráter técnico e político que envolveria a questão, para tanto o SINGREH, necessitaria de, no mínimo, uma moção aos estados para o tratamento do assunto. Sugeriu que a ANEEL fosse convidada para falar sobre o processo de autorização, as dificuldades, problemas e soluções referentes à PCHs. Destacou que o ideal seria dirimir as dúvidas dos estados dos casos específicos. O **Sr. Leonardo Mitre (ANA)** disse que essa sugestão não geraria conhecimento e ainda citou que a outorga não resolveria esses problemas. O **Sr. Erivelton Silveira (Prestadores)** sugeriu que fosse feito levantamento dessas PCHs que estariam apresentando conflitos. O **Sr. Luiz Cláudio (Indústrias)** evidenciou que a outorga pouco contribuiria para a minimização dos conflitos e que casos específicos deveriam ser tratados pela CTAP, que possui competência para tanto. A **Sra. Leila Gomes (CERH/SP)** solicitou que fossem apresentados três casos específicos para melhor entendimento da questão, mas destacou que esses empreendimentos deveriam ser estudados caso a caso e que as vezes os planos não apresentavam as diretrizes, mas que deveriam estar explicitadas, principalmente o prognóstico. O **Sr. Roberto Monteiro (MMA/SRHU)** expôs o cuidado da tratativa desse tema, visto a relação existente com o SISNAMA. Ainda declarou não ter conseguido identificar a demanda do conselheiro. Como encaminhamento acordaram pela apresentação de três casos de empreendimentos de PCHs que possuísem esses

401 conflitos e posteriormente um ofício respondendo e informando sobre a necessidade
402 dessa temática estar nos planos e talvez uma moção aos estados. Nesse momento
403 retornaram ao item 3 da pauta. [Item 3 - Análise da metodologia para discussão da](#)
404 [proposta de Resolução que estabelece diretrizes gerais para a definição de vazões](#)
405 [mínimas.](#) Acordaram que não analisariam ou questionariam a temática de vazão
406 ecológica, que seria tratada oportunamente, concnetrando as atenções para vazão
407 mínima e que para a próxima reunião deveriam ser convidados os órgãos estaduais de
408 meio ambiente para participarem das discussões, bem como os demais órgãos de
409 recursos hídricos, além da CTCQA/CONAMA. Também seria convidado o Sr.
410 Anastácio Juras para fazer uma apresentação, em nome da Eletrobrás, sobre os trabalhos
411 desenvolvidos com essa temática. O **Sr. Roberto Monteiro (MMA/SRHU)** destacou
412 que o complicado seria o alcance da metodologia. A **Sra. Andréa Figueiredo (MME)**
413 destacou as questões relativas a conceituação e sua importância, mas disse que não seria
414 de competência dessa CTPOAR, no caso da vazão ecológica, contudo não se deveria
415 aguardar até dezembro para tais definições. O **Sr. Luiz Cláudio (Indústrias)** disse que
416 não se deveria aguardar a definição de vazão ecológica para a publicação da proposta de
417 resolução para não atrasar o processo. Passaram a analisar o conteúdo da proposta
418 de resolução, onde definiram que o nome a ser adotado seria vazão mínima
419 remanescente. O nome vazão de restrição foi excluído devido a conotação que daria
420 considerando as restrições das regras operativas. Observaram que seria necessário estar
421 definido no texto da proposta de resolução a vazão natural. Também discutiram o uso
422 das expressões preservados e atendidos, sendo adotadas as duas expressões. Ainda
423 comentaram sobre o valor da vazão ecológica e da vazão mínima de navegação, que na
424 maioria das vezes não seriam conflitantes. Também discutiram sobre a relação existente
425 entre os órgãos gestores, comitês e conselhos para a definição e aplicação da vazão
426 mínima de restrição. Analisaram a proposta de resolução até o art. 4º, sempre
427 considerando as contribuições encaminhadas pela Adasa e pelo Dae. Antes de finalizar
428 a reunião do dia 5 de agosto, o **Sr. João Clímaco (ONGs)** explicou que estaria
429 promovendo a filmagem da reunião, com intuito de divulgação dos trabalhos
430 desenvolvidos pelo CNRH e pelos representantes das ONGs neste colegiado, mas disse
431 ser muito caro manter tal atividade, portanto os CDs iriam ser comercializados ou por
432 reunião ou por tema, num valor que variaria de R\$ 20,00 à R\$ 30,00 e isso seria uma
433 forma de democratização. A **Sra. Leila Gomes (CERH/SP)** agradeceu a presença de
434 todos e ratificou a continuidade da reunião, no dia seguinte, a partir das 9h. No dia seis
435 de agosto de dois mil e oito, a reunião foi reiniciada às 9h27 no item 9 da pauta – [Item 9](#)
436 [– Assuntos Gerais.](#) Nesse momento, acordou-se que a CTPOAR iria se reunir nos dias
437 13 e 14 de novembro em Natal, junto ao XV Congresso Brasileiro de Águas
438 Subterrâneas, mas para tanto a ABAS faria um convite ao CNRH e a reunião estaria na
439 programação do evento. Foi citado que o assunto outorga para lançamento de efluentes
440 seria reiniciado já nesta reunião o que comporia uma pauta robusta para CTPOAR que
441 precisaria se reunir com uma frequência maior, assim acordaram que a próxima reunião
442 da CTPOAR seria nos dias 18 e 19 de setembro em Brasília. Foram feitos comentários
443 sobre a V reunião de presidentes, que seria realizada no dia sete de agosto e destacados
444 os itens de pauta dessa reunião, como a revisão do regimento interno do CNRH, com
445 destaque para a formulação das pautas das Câmaras Técnicas e os procedimentos para
446 as matérias serem apresentadas no CNRH. Sugeriram um plano de trabalho anual para
447 as CTs, com ressaltos de que elas não seriam empresas devendo ter metas
448 flexíveis. Comentaram sobre a frequência das reuniões da CTPOAR e encaminharam
449 para que essas acontecessem de 45 em 45 dias, considerando o número de matérias que
450 a CTPOAR possui em pauta e os resultados das reuniões bimestrais. Quanto ao tema

“atas” disseram que seria oportuno verificar a possibilidade de uma normativa específica para a forma de aprovação das atas com o intuito de otimizar as reuniões, bem como evitar a concentração das discussões, cabendo aos insatisfeitos com o formato da ata trazer seus gravadores e apresentar por escrito suas manifestações. A maioria dos membros da CTPOAR disseram não ser necessária a transcrição das reuniões de CTs. [Item 7 - Reflexões sobre outorga para lançamento de efluentes, por parte de representante da ANA e do Estado de Minas Gerais](#). Foi cedida a palavra a **Sra. Marília de Melo (CERH/MG)** para iniciar sua apresentação. Ela explicou que a normativa a ser apresentada seria uma proposta que estaria em fase final de aprovação, após ter tramitado pelo GT e CTs do Conselho Estadual. Comentou sobre o processo de simulação elaborado para verificar a aplicação da proposta de resolução, que muito auxiliou para seu aprimoramento. Colocou-se a disposição para tratar do tema e questionou quanto a governabilidade que o Sistema teria para melhorar a qualidade das águas, considerando os instrumentos de gestão já existentes, destacando-se a outorga e o enquadramento, contudo necessitando de que outras políticas públicas estivessem alinhadas. A apresentação foi realizada pelo Sr. Filipe Dornela e a Sra. Marília de Melo que discorreram sobre: contextualização da implementação diante da necessidade de se regular o uso dos recursos hídricos do ponto de vista qualitativo; objetivo do projeto; escopo; resultado finalístico, com o aumento do índice de qualidade da água; alinhamento das metas do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (2007-2023); ações e produto do projeto, com destaque para a implementação da concessão de outorga para lançamento de efluentes, para 2009; reuniões realizadas para a elaboração e análise da proposta; critérios adotados para a análise da outorga de lançamento de efluentes: modelos para avaliar o impacto do lançamento de efluentes em corpos de água, parâmetros para a avaliação da qualidade da água, utilização de vazões de referência, lançamento em rios intermitentes, ambientes cársticos e metas progressivas. Comentaram então todos os onze artigos da proposta, destacando os modelos adotados, suas aplicações, os critérios para a determinação da vazão de diluição, a determinação da concentração de DBO, onde foi ressaltada a necessidade de utilização de coeficientes de autodepuração para flexibilizar a concessão de outorga e se aproximar da realidade e da dinâmica dos corpos de água, o pacto de redução gradual da poluição (programa de efetivação do enquadramento), os critérios para a definição dos limites da disponibilidade hídrica outorgável. Ainda apresentaram uma simulação, resultante de muitas pesquisas, e alguns pontos para reflexão, como: a integração da outorga de lançamento e o licenciamento na licença de instalação, os limites estabelecidos para a flexibilização da concentração permitida na outorga até que o enquadramento esteja definido, os critérios para etapalização na outorga (metas progressivas) até que o enquadramento esteja proposto, os valores de K e V do rio a adotar quando se considera a autodepuração, a definição do uso insignificante para outorga de lançamento e a necessidade de troca de experiências para o aprimoramento dos procedimentos. Durante as discussões ressaltaram a necessidade de integração dos instrumentos licenciamento e outorga para tratar do tema. O **Sr. Leonardo Mitre (ANA)** aproveitou para apresentar a metodologia utilizada pela ANA para a outorga de lançamento de efluentes, citou um caso específico e tratou da necessidade de flexibilização que estaria no âmbito do processo de enquadramento, com envolvimento do comitê. A **Sra. Flávia Salin (CERH/ES)** ressaltou tal importância que possibilitou que o Estado do Espírito Santo pudesse emitir outorga para lançamento de efluentes a partir de metas progressivas de enquadramento com caráter transitório. O **Sr. Roberto Monteiro (MMA/SRHU)** aproveitou para ressaltar a demanda, de mais de 20 anos, quanto as metas progressivas. Ressaltou que a qualidade atual das águas não poderia ser relativizada. A **Sra. Patrícia**

Boson (Indústrias) manifestou o cuidado que se deveria ter para que a outorga não se transformasse em licenciamento ambiental, com a participação dos comitês nesse processo, considerando a maturidade política e com os procedimentos de outorga para que não fossem travados, para tanto acreditava que a prática mostraria os caminhos para seu aprimoramento. O **Sr. Cláudio Bedran (ONGs)** enalteceu a importância dos comitês em todos os procedimentos de enquadramento, bem como na tratativa do lançamento de efluente, contudo comentou sobre o esvaziamento político dos comitês no Estado de São Paulo, o que não foi acatado pelo Sr. João Carlos (Comitês). A **Sra. Leila Gomes (CERH/SP)** disse ter havido um desgaste quando da apreciação do tema outorga para PCHs apresentado pelo representante das ONGs, mas que caberia também o esclarecimento para esse tema, que a outorga estaria limitada a uma alocação, não resolvendo assim todos os problemas da gestão de recursos hídricos, sendo mais um dos instrumentos que conjuntamente facilitariam a gestão, mas que o plano seria o mais importante dos instrumentos, por conter aspectos técnicos e políticos e por ser complementado pelo enquadramento, instrumento em que a sociedade civil interfere diretamente, mas ressaltou que a gestão não seria cartesiana. De um modo geral comentaram a dificuldade do trabalho das equipes das autoridades outorgantes diante dos reduzidos proventos. Esclareceram que os padrões de lançamento de efluentes seriam definidos no licenciamento. Fizeram um levantamento sobre os estados que já tratariam de outorga qualitativa, sendo: SP, ES, BA, PR, DF e ANA. Enfatizaram também o cuidado com a definição de outorga de lançamento de efluentes em rios intermitentes e lênticos, situação mencionada em outros eventos, considerando as vazões de referências adotadas. A **Sra. Célia Poeta (SMA/SP)** ponderou sobre o momento em que a outorga e o licenciamento tratariam do assunto, haja vista que deveria ser na licença prévia, momento em que seriam definidos todos os valores de vazão e observadas as peculiaridades, bem como a escolha das alternativas tecnológicas, pois nas etapas seguintes poderiam ser inviabilizados os empreendimentos, mas questionou a forma de trabalho, que não poderia ser em separado nos dois Sistemas. Lembrou do cuidado que se deveria ter com a temática devido as condições que poderia recorrer em crime ambiental. Ainda ponderou sobre a forma que os empreendimentos já instalados seriam tratados, bem como aqueles a serem locados em área de abrangência de rios de classe 4. O **Sr. Roberto Monteiro (MMA/SRHU)** lembrou que os rios classe 4 não apresentariam capacidade de suporte, sendo inviável a sua utilização e o **Sr. Leonardo Mitre (MMA/ANA)** completou dizendo que não haveriam parâmetros para tal utilização. Como encaminhamentos acordaram: que todos os estados participantes disponibilizariam suas normativas referentes a matéria para que fosse distribuído para todos, que o Sr. Roberto Monteiro faria apresentação, de 20 minutos, sobre o sistema de suporte a decisão, que já abarcaria as especificidades aqui colocadas, que fosse discutidos os conceitos de modelagem e carga de diluição e em seguida o texto em si de uma proposta de resolução. A reunião foi suspensa para almoço e deslocamento até a Sala de Vidro da Agência Nacional de Água, local onde seria tratado o item 8 da pauta, conjuntamente com a CTAS. [Item 8 - Análise da proposta, juntamente com a CTAS, referente a proposta de Resolução que “Dispõe sobre procedimentos gerais para o enquadramento de corpos de água de uma bacia hidrográfica e dá outras providências”.](#) Às 14h25 foi iniciada a reunião conjunta, CTAS e CTPOAR, com o objetivo de adequar o texto da proposta de resolução quanto aos aspectos do enquadramento das águas subterrâneas. O **Sr. Everton Souza (CTAS/OTEP)** deu as boas vindas, agradeceu a presença de todos, enalteceu a forma de trabalho que a CTAS e CTPOAR estavam adotando, sendo estratégica e objetiva. Esclareceu que a CTAS havia conseguido realizar a análise da proposta, até o art. 6º, o que possibilitou o entendimento e consenso

entre os membros da CTAS quanto a proposta. Assim, acordaram que, agora conjuntamente, iniciariam a análise a partir dos considerandos, onde inseriram a Resolução CONAMA nº 396, de 2008, que completaria o quadro legal citado, abrangendo a classificação das águas subterrâneas. Ajustou-se o art. 1º inserindo águas subterrâneas e excluindo bacias hidrográficas, haja vista que as águas subterrâneas não possuem essa delimitação e a proposta de resolução de agora em diante, trataria do enquadramento das águas subterrâneas e superficiais. Adequando o art. 2º, foi inserido inciso específico como item de referência básica que passaria também a considerar o uso menos restritivo para as águas subterrâneas de classe 4, o que realçou o conceito bidimensional da proposta de resolução. No art. 5º foram realizadas adaptações para a abordagem dos aspectos das águas subterrâneas na fase do diagnóstico e ajustes para melhor entendimento do texto, o mesmo também foi realizado no art. 6º, referente a prognóstico. Ainda discutiram sobre a definição de “potencial”, sua diferença entre disponibilidade e fragilidade, e a fase mais adequada para utilizá-lo no texto, acordando que seria no diagnóstico. Também discutiram sobre a diferença entre contaminação e degradação, não havendo consenso, devido a complementariedade que possuem, optaram por colocar as duas expressões. O art. 7º foi excluído, por ter sido considerado redundante e devido ao cuidado que se deveria ter com a qualidade dos estudos, ficando esclarecido que a proposta de resolução trataria de enquadramento e não das responsabilidades dos elaboradores dos estudos. Quanto ao art. 8º, questionaram de quem seria a responsabilidade de elaborar o programa para efetivação do enquadramento, onde foi esclarecido que não estaria definido para que o processo não fosse engessado. Os artigos do 9º, 11 e 14, tiveram ínfimas modificações voltadas para a melhor interpretação do texto. Contudo ponderaram sobre a publicidade dos dados, o que foi entendido por todos como necessária e prioritária para o processo, e acordaram o prazo de 2 anos para o encaminhamento do relatório técnico, mas que as informações sobre enquadramento e classe deveriam ser disponibilizadas em todo momento. Quanto ao art. 12 manifestaram a necessidade de envolvimento dos municípios no processo de enquadramento, haja vista que todas as instâncias estavam citadas, contudo foi esclarecido que as instâncias estavam citadas devido a dominialidade, não sendo oportuno colocar municípios. No art. 16 foi inserida a expressão superficial para esclarecer que o artigo era voltado somente para águas superficiais, pois não caberia classe 2 para corpos de águas subterrâneas não enquadrados. Acordaram que os membros da CTAS verificariam a classe que caberia ser colocada para os corpos de água subterrâneos não enquadrados, devido as suas especificidades, sendo estipulado prazo de 15 dias para manifestação, que seria acatada pela CTPOAR, por ser temas específico da CTAS, mas ainda ficando a dúvida se seria necessário essa determinação, considerando o caráter mais constataivo do que prospectivo que as águas subterrâneas possuem, o restrito conhecimento sobre esse enquadramento e a transitoriedade do artigo que não caberia as águas subterrâneas. Solicitaram que em todo o texto, quando coubesse, fosse colocada junto a expressão recursos hídricos, a identificação de superficial e subterrâneo. Entraram em consenso para a existência de artigo específico para a revogação da Resolução CNRH nº 12, de 2000. A análise do texto foi concluída e os membros das câmaras técnicas acordaram pelo encaminhamento da matéria para análise da CTIL. O **Sr. Everton Souza (CTAS-OTEP)** agradeceu a CTPOAR pela oportunidade dada de complementação da proposta de resolução e o esforço de todos para a conclusão da análise da proposta e aproveitou para informar sobre a conclusão da revisão da proposta de resolução referente a proteção de águas subterrâneas onde foram incluídas todas as propostas apresentadas pela CTPOAR, que enriqueceram o seu conteúdo. A **Sra. Leila Carvalho (CTPOAR/CERH/SP)** disse que a CTPOAR estaria

satisfeita com a forma rápida e competente que a CTAS tratou o tema, ficando em aberto somente os ajustes do art. 16, assim agradeceu a atenção. [Item 9 – Encerramento.](#) Os presidentes das CTs agradeceram o empenho para a conclusão da análise da matéria com tanta eficácia e reiteraram a metodologia de trabalho adotada que culminou com a conclusão dos trabalhos em restrito intervalo de tempo. Ainda acordaram que as reuniões da CTAS e CTPOAR constassem na programação do XV Congresso Brasileiro de Águas Subterrâneas, confirmando que a reunião da CTAS ocorreria nos dias 11 e 12/11 e a da CTPOAR nos dias 13 e 14/11. Informaram sobre a realização do Seminário Internacional de Revitalização de Bacias, no período de 08 à 12/09, em Belo Horizonte, onde maiores informações estariam no site da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais. A reunião foi encerrada, pelos presidentes da CTAS e CTPOAR às 17h10, ocasião em que ratificaram as datas para as suas próximas reuniões: CTAS, 2, 3 e 4 de setembro e CTPOAR, 18 e 19 de setembro.

Ata aprovada na 66ª reunião, realizada nos dias 17 e 18 de setembro de 2008.

Leila Carvalho Gomes
Presidente da CTPOAR

Raquel Scalia Alves Ferreira
Relatora da CTPOAR